

Sumário

Parte I

TUTELA DE CONHECIMENTO E TUTELA PROVISÓRIA

Capítulo I ► PETIÇÃO INICIAL E PROPOSITURA DA DEMANDA.....	19
1. Conceito e função da petição inicial.....	19
2. Requisitos da petição inicial.....	19
2.1. Requisitos subjetivos.....	19
2.2. Requisitos objetivos. Causa de pedir e pedido	23
2.3. Requisitos formais	31
2.4. Quadro sinótico	38
3. Registro e distribuição da petição inicial.....	39
3.1. Registro e publicidade da demanda.....	39
3.2. Distribuição livre.....	39
3.3. Distribuição por dependência.....	40
4. Juízo de admissibilidade e de mérito inicial (e liminar)	41
4.1. Juízo de admissibilidade inicial.....	41
4.1.1. Considerações iniciais.....	41
4.1.2. Deferimento da inicial. Citação do réu e seus efeitos	42
4.1.3. Emenda da inicial	48
4.1.4. Indeferimento da inicial.....	50
4.2. Juízo de mérito inicial. Improcedência <i>prima facie</i>	54
4.2.1. Considerações gerais	54
4.2.2. Hipóteses de cabimento.....	57
4.3. Quadro Sinótico	60
5. Alteração e aditamento da inicial. Regra da estabilização objetiva da demanda....	61
 Capítulo II ► AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO.....	 65
1. Designação e intimação	65
2. Modalidades	65
3. Local e forma	66
4. Dispensa.....	67
5. Comparecimento pessoal	69
 Capítulo III ► RESPOSTAS DO RÉU	 73
1. Considerações iniciais.....	73
2. Contestação.....	73
2.1. Conceito e requisitos.....	73
2.2. Regra da concentração da defesa (ou da eventualidade)	74
2.3. Ônus da impugnação especificada.....	80

2.4. Prazo simples e diferenciado. Tempestividade.....	82
2.5. Quadro sinótico	84
3. Reconvenção	84
3.1. Conceito e características	84
3.2. Requisitos	84
3.3. Aspectos procedimentais	90
4. Revelia.....	92
4.1. Conceito	92
4.2. Eficácia material e processual	93
4.3. Ineficácia material (total ou parcial)	94
5. Arguição de suspeição e impedimento	98
5.1. Conceito e características	98
5.2. Requisitos	107
5.3. Aspectos procedimentais	108
 Capítulo IV ► PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES, SANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO	113
1. Noções iniciais.....	113
2. Providências preliminares	114
3. Julgamento conforme o estado do processo	115
3.1. Decisão de resolução (ou não) total ou parcial do mérito	115
3.2. Julgamento antecipado (total ou parcial) do mérito.....	116
4. Saneamento e organização do processo	119
4.1. Decisão saneadora. Estabilidade	119
4.2. Saneamento e organização cooperativos.....	122
 Capítulo V ► PRODUÇÃO DE PROVAS	125
1. Teoria geral das provas.....	125
1.1. Conceito de prova	125
1.2. Objeto da prova	126
1.3. Sujeito da prova. Ônus de prova	128
1.3.1. Conceito	128
1.3.2. Distribuição legal	129
1.3.3. Distribuição convencional.....	130
1.3.4. Distribuição judicial	131
1.4. Finalidade	134
1.4.1. Noção geral.....	134
1.4.2. Busca da verdade possível	135
1.4.3. Formação do convencimento do juiz. Sua valoração	136
1.5. Meios e fontes de prova	137
1.5.1. Atipicidade.....	137
1.5.2. Licitude.....	138
1.6. Forma. Procedimento e sua antecipação	144
1.6.1. Postulação, admissão, produção e valoração	144
1.6.2. Determinação de ofício. Poderes instrutórios do juiz.....	146

1.6.3. Antecipação da prova	148
1.7. Um panorama: o regime jurídico geral da prova.....	155
2. Provas em espécie.....	156
2.1. Depoimento pessoal.....	156
2.2. Confissão	163
2.3. Prova testemunhal	167
2.4. Prova pericial	180
2.4.1. Generalidades	180
2.4.2. Do perito e do assistente técnico.....	181
2.4.3. Admissibilidade da perícia.....	188
2.4.4. Procedimento	190
2.4.5. Fixação e pagamento dos honorários periciais.....	198
2.5. Inspeção judicial.....	201
2.6. Prova documental	204
2.6.1. Generalidades	204
2.6.2. Elementos do documento. Sua autenticidade	207
2.6.3. Eficácia do documento	209
2.6.4. Produção da prova documental	217
2.6.5. Requisição e exibição de coisa ou documento	222
2.7. Prova indiciária	228
2.8. Prova emprestada.....	230
3. Audiência de instrução e julgamento	233
Capítulo VI ► DECISÃO E PRECEDENTE JUDICIAL.....	243
1. Conceito de decisão judicial.....	243
2. Elementos da decisão judicial	243
2.1. Noções iniciais.....	243
2.2. Relatório	244
2.3. Fundamentação	244
2.4. Dispositivo	254
2.5. Quadro sinótico	256
2.6. Teoria dos capítulos da decisão	257
3. Requisitos de validade	258
3.1. Requisitos formais internos (clareza, certeza e liquidez).....	258
3.2. Requisito objetivo externo: congruência	262
4. Efeitos da decisão.....	267
5. Em suma: existência, validade e eficácia da decisão.....	269
6. Interpretação da decisão	269
7. Publicação e irretratabilidade da decisão	270
8. Precedente judicial	272
8.1. Conceitos fundamentais: precedente, jurisprudência e súmula.....	272
8.2. Produção, interpretação e aplicação do precedente (jurisprudência e súmula)	273
8.2.1. Deveres gerais dos tribunais	273
8.2.2. Técnica de distinção	276

8.3. Eficácia	277
8.4. Superação (“revogação”). <i>Overruling</i> e <i>overriding</i>	281
Capítulo VII ► COISA JULGADA	287
1. Conceito	287
2. Pressupostos	288
3. Regime jurídico	290
3.1. Limites objetivos. Coisa julgada parcial e sobre resolução de questão prejudicial e incidental	290
3.2. Limites subjetivos	294
3.3. Modo de produção	296
3.4. Efeitos da coisa julgada	297
3.5. Quadro sinótico	301
4. Instrumentos de revisão da coisa julgada	302
Capítulo VIII ► TUTELA PROVISÓRIA	307
1. Conceitos fundamentais	307
2. Tutela provisória: técnica de antecipação provisória dos efeitos da tutela	309
3. Espécies de tutela provisória	311
3.1. Satisfativa (ou antecipada) e Não Satisfativa (cautelar)	311
3.2. De urgência e de evidência. Seus pressupostos	311
3.2.1. Tutelas de urgência	311
3.2.2. Tutela de evidência	313
3.3. Antecedente e Incidente	318
4. Aspectos procedimentais. Postulação, instrução, decisão, recurso e execução ...	320
4.1. Regras Gerais	320
4.2. Regras especiais	336
4.2.1. Tutela antecipada em caráter antecedente. Estabilização dos efeitos da tutela antecipada	336
4.2.2. Tutela cautelar em caráter antecedente	344
4.3. Fungibilidade	346
4.4. Síntese	348

Parte II

RECURSOS CÍVEIS

Capítulo I ► TEORIA GERAL DOS RECURSOS	353
1. Meios de impugnação das decisões judiciais	353
2. Conceito de recurso	354
3. Objeto do recurso	355
4. Juízo de admissibilidade e de mérito	357
4.1. Generalidades	357
4.2. Sujeitos: órgãos <i>a quo</i> e <i>ad quem</i>	357
4.3. Objeto	358

4.4. Quadro sinótico	362
4.5. Requisitos de admissibilidade	363
4.5.1. Requisitos intrínsecos.....	363
4.5.2. Requisitos extrínsecos.....	375
4.6. Quadro sinótico	392
5. Efeitos do recurso.....	393
5.1. Efeito obstativo.....	393
5.2. Efeito devolutivo. Vedação à <i>reformatio in pejus</i>	394
5.3. Efeito suspensivo.....	403
5.4. Efeito expansivo ou extensivo para o litisconsorte	403
6. Recurso adesivo.....	407

Capítulo II ► ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS – PROCEDIMENTO COMUM NOS TRIBUNAIS

413

1. Considerações introdutórias	413
2. Registro e distribuição	413
3. Julgamento monocrático. Poderes do relator.....	415
3.1. Papel e poderes do relator	415
3.2. Poderes não decisórios do relator (e deveres afins).....	415
3.3. Poderes decisórios (e deveres afins).....	418
4. Julgamento colegiado.....	421
5. Técnica de ampliação do julgamento colegiado por divergência	434

Capítulo III ► RECURSOS EM ESPÉCIE.....

445

1. Apelação.....	445
1.1. Objeto de impugnação. Cabimento.....	445
1.2. Procedimento	450
1.2.1. Postulação	450
1.2.2. Procedimento no juízo <i>a quo</i> . Contraditório. Recurso adesivo e impugnação em contrarrazões de interlocutória.....	452
1.2.3. Procedimento do tribunal (<i>órgão ad quem</i>)	454
1.3. Efeito suspensivo.....	457
1.4. Esquema gráfico.	463
2. Agravo de instrumento	463
2.1. Objeto de impugnação. Cabimento.....	463
2.2. Procedimento	480
2.2.1. Postulação. Formação do Instrumento	480
2.2.2. Julgamento monocrático. Contraditório	485
2.2.3. Julgamento colegiado	486
2.2.4. Comprovação de interposição do agravo de instrumento na primeira instância.....	488
2.3. Esquema gráfico	489
3. Agravo interno	490
3.1. Objeto de impugnação. Cabimento.....	490
3.2. Procedimento	493

3.2.1. Postulação	493
3.2.2. Contraditório. Juízo de retratação	494
3.2.3. Julgamento colegiado	494
3.2.4. Julgamento denegatório punitivo. Agravo manifestamente inadmissível ou improcedente.....	496
4. Embargos de declaração	497
4.1. Cabimento e objeto de impugnação.....	497
4.2. Procedimento	505
4.2.1. Postulação	505
4.2.2. Contraditório e julgamento	509
4.2.3. Julgamento com ou sem efeito modificativo	511
4.2.4. Julgamento de inadmissão punitiva: embargos protelatórios.....	512
4.3. Esquema gráfico	516
5. Dos recursos para o supremo tribunal federal e para o superior tribunal de justiça.....	516
5.1. Recurso Ordinário Constitucional	516
5.1.1. Regras gerais	516
5.1.2. Recurso Ordinário Constitucional no STF.....	517
5.1.3. Recurso Ordinário Constitucional no STJ	520
5.2. Recurso Especial e Extraordinário	525
5.2.1. Cabimento e objeto de impugnação.....	525
5.2.2. Procedimento	557
5.3. Agravo em Recurso Especial e Extraordinário.....	584
5.3.1. Cabimento. Objeto de impugnação.....	584
5.3.2. Procedimento	586
5.3.3. Esquema gráfico	588
5.4. Embargos de divergência.....	589
5.4.1. Cabimento. Objeto de impugnação.....	589
5.4.2. Procedimento	596
5.4.3. Esquema gráfico	599
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	601
Anexo	
PROCEDIMENTO COMUM EM FASES	623